



Mensagem nº 058 /2019.

Cordeirópolis, 03 de Dezembro de 2019.

Excelentíssima Senhora Presidente

Tem o presente, o objetivo de submeter ao crivo abailizador dessa **Colenda Edilidade**, através de seus exponenciais **Legisladores Municipais**, o incluso Projeto de Lei, que dispõe sobre a reorganização do **Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA**, e dá outras providências.

Inicialmente, se faz necessário afirmar que o projeto de lei é necessário para reorganizar o **Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA**, integrante do sistema nacional e estadual do meio ambiente, com o objetivo de manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado e democrático, do bem do uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo para às presentes e futuras gerações.

O **Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA)**, órgão consultivo e de assessoramento do **Poder Executivo** e deliberativo no âmbito e de sua competência sobre as questões ambientais propostas nestas e demais Leis correlatas do Município, vinculado à **Secretaria Municipal de Meio Ambiente**.

O **Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente** terá como objetivo assessorar a gestão da Política Municipal de Meio Ambiente, com o apoio dos serviços administráveis da Prefeitura Municipal.

Senhora Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, como se vê, trata-se de procedimento de reorganização da Lei Municipal nº 2.022, de 27.03.2001, e suas posteriores alterações, atendendo a realidade que vivenciamos e minuciosos estudos realizados pela **Secretaria Municipal de Meio Ambiente**.

O presente Projeto de Lei em epígrafe obedece fielmente as disposições legais que regem a matéria, estando em consonância com o estabelecido nas **Políticas Ambientais Federal e Estadual**. E para que **Município de Cordeirópolis** através do **Poder Executivo** possa com toda acuidade recomendável, estabelecer critérios das questões ambientais propondo diretrizes para a política municipal de defesa do meio ambiente, objetivando manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado e democrático no território do município, pois preservando e fiscalizando o meio ambiente estaremos contribuindo pela sobrevivência das futuras gerações.

continua



Mensagem nº 098/2019

continuação

fls. 02

Senhora Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, estas são as razões que inspiraram a presente proposição e nos levaram a encaminhar o presente Projeto de Lei à consideração e deliberação dessa **Casa Legislativa**, no qual estou seguro de que os **Nobres Edis** haverão emprestar o indispensável apoio.

Portanto, **Nobres Edis**, o assunto enfocado foi tratado, de modo a enfeixar, com os cuidados recomendáveis tão importante e singular matéria, assim, pois, pela simples leitura do texto maiores comentários são dispensados.

Por tudo o exposto, depois de acurada análise por parte desse magnânimo **Poder Legislativo**, em face de importância da matéria aqui tratada, esperamos que o presente Projeto de Lei mereça ao final a sua competente e concernente aprovação.

Finalizando com o devido respeito, submeto o presente projeto de Lei à elevada apreciação dos Ilustres **Vereadores** que integram esta **Casa Legislativa**, na esperança e certeza de que, após regular tramitação, seja o mesmo deliberado e aprovado com urgência na devida forma regimental.

Certo de que **Vossa Excelência** e demais pares dessa **Egrégia Casa Legislativa**, saberão aquilatar a importância do projeto em tela, ficamos no aguardo de sua judiciosa manifestação e aproveitamos para incrustar ao ensejo nossos sinceros protestos de consideração e nímio apreço.

Atenciosamente,

José Adinan Ortolan
Prefeito do Município de Cordeirópolis

A

Excelentíssima Senhora

Vereadora CASSIA DE MORAES

M.D. Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis

Recebido(a) em	
03/12/19	Às 14h 58
nº 1574/19	
Protocolo	
Maria de Lourdes Cordeiro	
PROTÓCOLO	
Câmara Municipal de Cordeirópolis	



PREFEITURA MUNICIPAL
DE CORDEIRÓPOLIS

Projeto de Lei nº 63, de 03 de dezembro de 2019.

Dispõe sobre a reorganização do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e da outras providências.

O **Prefeito do Município de Cordeirópolis**, Estado de São Paulo usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **faz saber** que a **Câmara Municipal de Cordeirópolis** aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reorganizado o **Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA**, integrante do sistema nacional e estadual do meio ambiente, como o objetivo de manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado e democrático ao bem do uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo para as presentes e futuras gerações

§ 1º - O **Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA)** é órgão consultivo e de assessoramento do Poder Executivo e deliberativo no âmbito e de sua competência sobre as questões ambientais propostas nestas e demais leis correlatas do Município.

§ 2º - O **Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente** terá como objetivo assessorar a gestão da Política Municipal de Meio Ambiente, com o apoio dos serviços administráveis da Prefeitura Municipal.

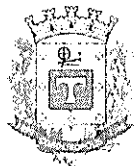
Art. 2º - O **COMDEMA** deverá observar as seguintes diretrizes:

- I - Interdisciplinaridade no trato das questões ambientais;
- II - Participações comunitárias;
- III - Promoção da saúde pública;
- IV - Compatibilização com as políticas do meio ambiente Nacional e Estadual;
- V - Compatibilização entre as políticas setoriais e demais ações do governo;
- VI - Exigência de continuidade no tempo e espaço, das ações e gestão ambiental;
- VII - Informação e divulgação obrigatória e permanente de dados, condições e ações ambientais;
- VIII - Prevalência do interesse público;
- IX - Proposta de reparação do dano ambiental independente de outras sanções civis ou penais.

Art. 3º - Ao **COMDEMA** compete:

- I - Propor diretrizes para a política municipal de defesa do meio ambiente;

continua



- II - Colaborar nos estudos e elaboração do planejamento, planos e programas de desenvolvimento municipal, e em projetos de lei sobre parcelamento, uso e ocupação do solo, plano diretor, ampliação de área urbana;
- III - Estimular e acompanhar o inventário dos bens que deverão constituir o patrimônio ambiental (natural, ético e cultural) do município;
- IV - Propor o mapeamento das áreas críticas e a identificação de onde se encontram obras ou atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras;
- V - Estudar, definir e propor normas técnicas e legais e procedimentos visando à proteção ambiental do município;
- VI - Promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção ambiental do município;
- VII - Fornecer informações e subsídios técnicos relativo ao conhecimento de defesa do Meio Ambiente sempre que for necessário;
- VIII - Obter e repassar informações e subsídios técnicos, relativos ao desenvolvimento ambiental, aos órgãos públicos, entidades públicas e privadas e à comunidade em geral;
- IX - Subsidiar o Ministério Público nos procedimentos que dizem respeito ao Meio Ambiente, previstos na Constituição federal de 1988;
- X - Propor e acompanhar programas de Educação Ambiental;
- XI - Promover e colaborar em campanhas educacionais e na execução de um programa de formação e mobilização ambiental;
- XII - Manter intercâmbios com as entidades públicas e privadas de pesquisa e atuação na proteção do Meio Ambiente;
- XIII - Propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas de pesquisas e atividades ligadas ao desenvolvimento ambiental;
- XIV - Opinar previamente sobre planos e programas anuais e bianuais de trabalho da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no que diz respeito a sua competência exclusiva nos termos da Legislação Federal, Estadual, e Municipal;
- XV - Apresentar anualmente proposta orçamentária ao executivo municipal, inerente ao seu funcionamento;
- XVI - Identificar e comunicar aos órgãos competentes as agressões ambientais no município, sugerindo soluções;
- XVII - Opinar sobre a realização de estudos alternativos sobre as possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando das entidades envolvidas as informações necessárias ao exame da matéria, visando a compatibilização do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental;
- XVIII - Acompanhar o controle permanente das atividades degradadoras e poluidoras ou potencialmente degradadoras e poluidoras, de modo a compatibilizá-las com as normas e padrões ambientais vigentes, denunciando qualquer alteração que promova impacto ambiental ou desequilíbrio ecológico;
- XIX - Assessorar os consórcios intermunicipais de proteção ambiental;
- XX - Propor audiências públicas, nos termos da legislação;

continua



- XXI - Propor a recuperação dos rios e de vegetação ciliar;
- XXII - Proteger o patrimônio histórico, estético, arqueológico, paleontológico, espeleológico e paisagístico do Município;
- XXIII - Exigir para a exploração dos recursos ambientais prévia autorização mediante análise de risco e estudo de impacto ambiental;
- XXIV - Propor ao Executivo Municipal a instituição de unidades de conservação visando a proteção de sítios de beleza excepcional, dos mananciais do patrimônio histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, espeleológico e áreas representativa de ecossistemas destinados a realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia;
- XXV - Participar da decisão sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente;
- XXVI - Analisar anualmente o relatório de qualidade do meio ambiente do Município;
- XXVII - Acompanhar e opinar sobre licenças para atividades de mineração cujo licenciamento esteja a cargo do município, manifestando as condições que entender relevantes para a proteção ambiental e a recuperação de áreas degradadas por este tipo de atividade;
- XXVIII - fomentar o Plano Diretor nas questões ambiental, natural e paisagístico do Município;
- XXIX - Proteger o patrimônio ambiental natural e paisagístico do Município.

Art. 4º - O **Conselho Municipal de Defesa de Meio Ambiente** compor-se-á de 18 (dezoito) membros, de forma paritária, sendo 9 (nove) do **Poder Público** designados pelo Prefeito Municipal e 9 (nove) da **Sociedade Civil Organizada**, através de assembléia realizada em cada segmento.

PODER PÚBLICO

- I – 01 (um) representante Titular e 01 (um) Suplente da **Secretaria Municipal do Meio Ambiente**;
- II – 01 (um) representante Titular e 01 (um) Suplente da **Secretaria Municipal de Educação**;
- III – 01 (um) representante Titular e 01 (um) Suplente da **Secretaria Municipal de Saúde**;
- IV – 01 (um) representante Titular e 01 (um) Suplente do **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cordeirópolis (SAAE)**;
- V – 01 (um) representante Titular e 01 (um) Suplente da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável**;
- VI – 01 (um) representante Titular e 01 (um) Suplente da **Secretaria Municipal da Mulher e Desenvolvimento Social**;
- VII – 01 (um) representante Titular e 01 (um) Suplente da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos**;

continua



VIII – 01 (um) representante Titular e 01 (um) Suplente da **Secretaria de Governo e Segurança Pública - “Pelotão Ambiental”**;

IX – 01 (um) representante Titular e 01 (um) Suplente do **IAC – Centro de Citricultura “Sylvio Moreira” – Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento**, com atividades profissionais no Município de Cordeirópolis;

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

I - 01 (um) representante Titular e 01 (um) Suplente de **Entidades Cíveis** criadas com finalidade de defesa da qualidade do meio ambiente; com atuação no âmbito do Município de Cordeirópolis;

II - 02 (dois) representantes Titulares e 02 (dois) Suplentes de **Associações de Bairros do Município**;

III - 02 (dois) representantes Titulares e 02 (dois) Suplentes de **instituições sem fins lucrativos com finalidade estatutária nas áreas sociais e/ou culturais**, prestadoras de serviços humanitários;

IV - 01 (um) representante Titular e 01 (um) Suplente da **Ordem dos Advogados do Brasil – OAB** subseção de Cordeirópolis;

V - 01 (um) representante Titular e 01 (um) Suplente de **Entidade de Desenvolvimento Comercial e Industrial** com atuação neste Município de Cordeirópolis.

VI - 01 (um) representante Titular e 01 (um) Suplente de **Instituição ligada às Indústrias Ceramistas** com atuação neste Município de Cordeirópolis.

VII - 01 (um) representante Titular e 01 (um) Suplente de **instituição ligada à agricultura/produtores rurais** de Cordeirópolis.

§ 1º - A Diretoria do Conselho será composta por um Presidente; um Vice Presidente; um Diretor Administrativo, um Diretor Financeiro e seus Suplentes escolhidos dentre seus membros conforme estabelecido em Estatuto

§ 2º - A escolha por votação em Assembléia Geral do Conselho que constituirão a Diretoria do Conselho devesa recair sobre pessoas capacitadas para desempenho de suas atribuições que serão designados através de ato do Poder Executivo.

§ 3º - O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente poderá instituir, sempre que necessária câmara técnica em diversas áreas de interesse e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de interesse ambiental.

§ 4º - Os membros de Conselho terão mandato de dois anos, podendo ser reeleitos.

§ 5º - O exercício das funções de membros do Conselho será gratuito por tratar-se de serviço de relevante interesse público.

continua



Projeto de lei nº

continuação

fls. 05

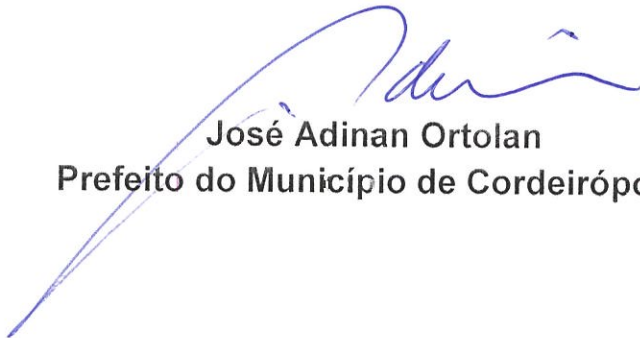
Art. 5º - O CCMDEMA, sendo cientificado de possíveis agressões ambientais, diligenciará no sentido de sua comprovação e das providências necessárias.

Art. 6 - As sessões do COMDEMA serão públicas e os atos deverão ser amplamente divulgados.

Art. 7º - No prazo máximo de cento e vinte dias após a sua instalação, o COMDEMA elaborará o seu Estatuto, que deverá ser aprovado por Decreto.

Art. 8º - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especificamente a Lei nº 2.022, de 27.03.2001; Lei nº 2.349, de 27.05.2006; e, Lei nº 3.068, de 26.09.2017.



José Adinan Ortolan
Prefeito do Município de Cordeirópolis